

# AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS)

EDITAL Nº 001/2015

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para

**Atividades Técnicas de Complexidade – Nível IV**

**Área de Atuação: Direito**

**CÓDIGO  
S04  
TARDE**



# T

**Verifique se esta  
LETRA é a mesma  
do seu Cartão  
de Respostas.**

**DE ACORDO COM O EDITAL, O  
CANDIDATO QUE FIZER PROVA  
DE LETRA DIFERENTE SERÁ  
ELIMINADO.**

**TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS,  
A FRASE DE DE SIMÓN BOLÍVAR PARA EXAME GRAFOTÉCNICO**

**"A arte de vencer se aprende nas derrotas."**

## ATENÇÃO

● DURAÇÃO DA PROVA: 3 horas e 30 minutos.

● ESTE CADERNO CONTÉM 60 (SESSENTA) QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA, CADA UMA COM 5 ALTERNATIVAS DE RESPOSTA – A, B, C, D e E – CONFORME DISPOSIÇÃO ABAIXO.

Disciplinas	Quantidade de questões	Valor de cada questão
<b>Conhecimentos Básicos</b>		
Língua Portuguesa	10	2
Administração Pública	5	1
Legislação Básica	5	1
<b>Conhecimentos Específicos</b>		
Direito Civil	10	1,5
Direito Administrativo	10	2
Direito Constitucional	10	1,5
Regulamentações Setoriais	10	2

● VERIFIQUE SE ESTE MATERIAL ESTÁ EM ORDEM. CASO CONTRÁRIO, NOTIFIQUE IMEDIATAMENTE O FISCAL.

● RESERVE OS 30 (TRINTA) MINUTOS FINAIS PARA MARCAR SEU CARTÃO DE RESPOSTAS.

## LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

- Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
- Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio.
- Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.

### **Por motivo de segurança:**

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova;
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões;
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões, não poderá copiar suas respostas por qualquer meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata e acarretará a eliminação do candidato; e
- Ao terminar a prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas.
- O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

# **BOA PROVA!**

[www.funcab.org](http://www.funcab.org)

Texto para responder às questões de 01 a 09.

Os segredos da narrativa

Acumulo uma casa abarrotada, um palácio falsamente reluzente e uma miséria envergonhada. Tenho, entre os dentes, um repertório caótico frente ao qual capitulo entregue à desordem do meu instinto narrativo.

A seleção que faço da vida é arbitrária. Faltam-me critérios para saber o que vale guardar para os anos vindouros. Como selecionar o que seja, se a própria existência é uma apologia ao banal?

Aguardo, pois, um tempo futuro que me facilite alcançar o cerne da matéria onde a paixão soçobra e ilumina-se ao mesmo tempo.

Sou um ser comprometido com o enigma da criação. A arte é a minha razão de ser. Sua substância é inicialmente desconfortável, mas meu ofício não conhece expurgo. Desconfio que escrevo para alargar o sentido da vida. E que, ao criar à revelia certas metáforas, sirvo ao mistério que reina na minha terra, privo com a intimidade do meu corpo. E cedo entendi que, entre uma história e outra, o ideal é esgotar o que inicialmente se encontra sob o meu domínio, até dar caça de novo ao singular.

Mal defino, contudo, este enigma a que sirvo, apesar do longo convívio com o fazer literário. Sempre que tentei esclarecer os postulados da arte narrativa, falhei em apreender sua vasta relação com o mundo e os seres. Sei, no entanto, que a escritura é a residência secreta do escritor na terra. E que, confrontado com o mito da criação, seu maior segredo, ele vive e morre em meio às palavras. Sob este mito aloja-se a sua estética, assim como a consciência da arte. Razão de o escritor tentar conceituar a natureza da linguagem, decifrar a escritura que deriva da imaginação e da ilusão. Pretender saber por que ilusão e imaginação, ambas de realidade evanescente, são sanguíneas e apaixonadas, ainda que parem acima do concreto e do palpável. E apresentem, além do mais, marcas persuasivas, eloquentes, insidiosas, e estejam em todas as partes, atendendo aos ditames coletivos, tornando a arte crédula.

Mas, graças à arte literária, que convive fundamentalmente com a esperança do inefável e do poético, aceitamos a ilusão do mundo, e dos sentimentos que nos habitam, como premissas para a existência da própria obra de arte. Para, deste modo, acolhermos a existência anímica de Aquiles, de Karamasoff, de Don Quijote, estes seres ilusórios que nos surgem revestidos de carne.

(PIÑON, Nélida. *Aprendiz de Homero*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008, p. 23-24, fragmento.)

Questão 01

De acordo com o texto, o escritor depara-se com muitos desafios na arte da criação narrativa, os quais ele denomina como “os segredos da narrativa”.

O fragmento abaixo em que o enunciador exprime com maior clareza a sua dificuldade de enfrentar esses desafios é:

- A) “Faltam-me critérios para saber o que vale guardar para os anos vindouros.”
- B) “Sempre que tentei esclarecer os postulados da arte narrativa, falhei em apreender sua vasta relação com o mundo e os seres.”
- C) “Desconfio que escrevo para alargar o sentido da vida.”
- D) “Acumulo uma casa abarrotada, um palácio falsamente reluzente e uma miséria envergonhada.”
- E) “Sob este mito aloja-se a sua estética, assim como a consciência da arte.”

Questão 02

Ao discorrer sobre os anseios que lhe provocam “os segredos da narrativa”, o enunciador o faz muitas vezes por meio de discurso em que usa construções contrastivas. Dentre os fragmentos abaixo, aquele em que foi usado esse recurso expressivo é:

- A) “Sei, no entanto, que a escritura é a residência secreta do escritor na terra.”
- B) “Aguardo, pois, um tempo futuro que me facilite alcançar o cerne da matéria onde a paixão soçobra e ilumina-se ao mesmo tempo.”
- C) “Razão de o escritor tentar conceituar a natureza da linguagem, decifrar a escritura que deriva da imaginação e da ilusão.”
- D) “Sou um ser comprometido com o enigma da criação. A arte é a minha razão de ser.”
- E) “Mas, graças à arte literária, que convive fundamentalmente com a esperança do inefável e do poético, aceitamos a ilusão do mundo.”

**Questão 03**

“A seleção que faço da vida é arbitrária. Faltam-me critérios para saber o que vale guardar para os anos vindouros.”

Redigindo-se as duas frases acima em um único período e mantendo-se o sentido do texto, a redação será:

- A) A seleção que faço da vida é arbitrária, por conseguinte faltam-me critérios para saber o que vale guardar para os anos vindouros.
- B) A seleção que faço da vida é arbitrária, ainda que me faltem critérios para saber o que vale guardar para os anos vindouros.
- C) A seleção que faço da vida é arbitrária, porquanto me faltam critérios para saber o que vale guardar para os anos vindouros.
- D) A seleção que faço da vida é arbitrária, de modo que me faltam critérios para saber o que vale guardar para os anos vindouros.
- E) A seleção que faço da vida é arbitrária, conquanto me faltem critérios para saber o que vale guardar para os anos vindouros.

**Questão 04**

“E cedo entendi que, entre uma história e outra, o ideal é esgotar o que inicialmente se encontra sob o meu domínio, até dar caça de novo ao singular.”

A redação que corresponde a uma paráfrase do período transcrito é:

- A) Para não se confundir no processo criativo, o escritor deve ter o cuidado de concluir uma narrativa mesmo que já tenha matéria para iniciar outra.
- B) Logo cheguei ao entendimento de que, entre uma narrativa e outra, devo completar o que já conheço, para depois procurar elementos ainda não explorados.
- C) E logo entendi que, ao passar de uma história para a outra, é importante que, antes de completar totalmente a primeira, eu busque elementos novos para servir de enredo à próxima.
- D) Tendo completado uma narrativa, o escritor deve buscar com urgência matéria para novo livro para não ter sua imaginação criativa inibida.
- E) Todo escritor tem em conta que para atender ao seu constante processo criativo é ideal que esteja em busca permanente de matéria para um novo livro, mesmo ainda no processo de criação do que está em curso.

**Questão 05**

“entregue à desordem do meu instinto narrativo.”

No fragmento transcrito, do ponto de vista da regência, o emprego do acento indicativo da crase é obrigatório. Das alterações feitas no referido fragmento, o emprego do acento indicativo da crase está em desacordo com as normas de regência em:

- A) entregue à total desordem do meu instinto narrativo.
- B) entregue à idêntica desordem do meu instinto narrativo.
- C) entregue à essa desordem do meu instinto narrativo.
- D) entregue àquela desordem do meu instinto narrativo.
- E) entregue à que foi considerada a desordem do meu instinto narrativo.

**Questão 06**

“Acumulo uma casa abarrotada, um palácio falsamente reluzente e uma miséria envergonhada.”

A vírgula empregada no fragmento transcrito justifica-se pela mesma norma que justifica a(s) vírgula(s) em:

- A) “Aguardo, pois, um tempo futuro que me facilite alcançar o cerne da matéria”
- B) “Tenho, entre os dentes, um repertório caótico frente ao qual capítulo entregue à desordem do meu instinto narrativo.”
- C) “Pretender saber por que ilusão e imaginação, ambas de realidade evanescente, são sanguíneas e apaixonadas”
- D) “Sob este mito aloja-se a sua estética, assim como a consciência da arte.”
- E) “Razão de o escritor tentar conceituar a natureza da linguagem, decifrar a escritura que deriva da imaginação e da ilusão.”

**Questão 07**

Considerando-se a coesão textual por sequenciação, pode-se afirmar que dos fragmentos transcritos abaixo a relação lógica é de oposição em:

- A) “Mal defino, contudo, este enigma a que sirvo, apesar do longo convívio com o fazer literário.”
- B) “Sob este mito aloja-se a sua estética, assim como a consciência da arte.”
- C) “Sempre que tentei esclarecer os postulados da arte narrativa, falhei em apreender sua vasta relação com o mundo e os seres.”
- D) “E apresentem, além do mais, marcas persuasivas, eloquentes, insidiosas”
- E) “Aguardo, pois, um tempo futuro que me facilite alcançar o cerne da matéria”

**Questão 08**

“Mas, graças à arte literária, que convive fundamentalmente com a esperança do inefável e do poético, aceitamos a ilusão do mundo, e dos sentimentos que nos habitam, como premissas para a existência da própria obra de arte.”

Com base na significação contextual dos vocábulos, a opção em que estão relacionados, respectivamente, os significados dos vocábulos INEFÁVEL e PREMISSAS, no fragmento transcrito, é:

- A) indizível / proposições.
- B) indescritível / incentivos.
- C) desalentador / asserções.
- D) desorientador / previsões.
- E) inebriante / providências.

**Questão 09**

“Pretender saber POR QUE ilusão e imaginação, ambas de realidade evanescente, são sanguíneas e apaixonadas”

Sabendo-se que, pelas normas ortográficas em vigor, o termo em destaque no fragmento transcrito acima tem quatro formas distintas de grafia, pode-se afirmar que está em desacordo com as normas ortográficas a grafia do referido termo na frase:

- A) Entender a razão de tanto anseio na criação literária e desafiador por quê?
- B) A criação literária é desafiadora porque exige o conhecimento dos segredos da narrativa.
- C) A criação literária por que o escritor tanto anseia é extremamente desafiadora.
- D) É desconhecida a razão porque o ato da criação literária é tão desafiador.
- E) Foi difícil entender por que o ato da criação literária é tão desafiador.

**Questão 10**

De acordo com as recomendações do Manual de Redação da Presidência da República, a redação adequada para a introdução de um ofício encaminhado ao presidente da Academia Brasileira de Letras pelo Ministro da Educação está na opção:

- A) Em resposta ao telegrama encaminhado por Vossa Senhoria em 15 de outubro último, informo que as pesquisas sobre os segredos da narrativa podem ser desenvolvidas sem quaisquer condicionamentos, para que a literatura continue a ser uma expressão artística de relevância.
- B) Sua Excelência pode autorizar o desenvolvimento das pesquisas sobre os segredos da narrativa, tendo em vista que, a fim de se obterem resultados positivos, não deve haver qualquer condicionamento a essas pesquisas de tanta relevância.
- C) Em resposta ao telegrama encaminhado por Vossa Excelência em 15 de outubro último, ficou decidido que as pesquisas sobre os segredos da narrativa não podem ser prejudicadas pela falta de material, haja visto a relevância de tais pesquisas.
- D) Respondendo ao telegrama encaminhado por Vossa Senhoria em 15 de outubro último, tenho o prazer de informar que as pesquisas sobre os segredos da narrativa podem ser desenvolvidas sem qualquer condicionamentos, embora a literatura continue a ser uma expressão artística de relevância.
- E) Em resposta ao telegrama encaminhado por Sua Senhoria em 15 de outubro último, acho que não existe nenhum entrave para que as pesquisas sobre os segredos da narrativa sejam desenvolvidos, para, portanto, a literatura continuar a ser uma grande expressão artística.

**Administração Pública****Questão 11**

O modelo de Administração Pública gerencial:

- A) prioriza especialização e carreira.
- B) inadmite o contratualismo.
- C) prioriza regras e procedimentos.
- D) define cargos rigidamente.
- E) flexibiliza relações de trabalho.

**Questão 12**

O conceito que envolve mecanismos de prestação de informações garantidoras de transparência e demonstração de resultados da gestão denomina-se:

- A) *know-how*.
- B) governança.
- C) governabilidade.
- D) *accountability*.
- E) participação.

**Questão 13**

Como prática essencial na Administração tem-se o planejamento. Neste sentido, a fase do planejamento que identifica o cenário existente e as circunstâncias da realidade denomina-se:

- A) logística.
- B) plano.
- C) política.
- D) diagnóstico.
- E) estratégia.

**Questão 14**

Embora comporte diversas exceções, em relação aos impostos, vigora a regra-princípio que veda a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa da Administração Pública. Tal fundamento, reconhecido expressamente no art. 167, IV da Constituição Federal vigente, intitula-se princípio da(o):

- A) da não afetação.
- B) do equilíbrio orçamentário.
- C) da universalidade.
- D) da uniformidade.
- E) da governabilidade.

**Questão 15**

Os créditos extraordinários:

- A) dependem de autorização legislativa prévia, em lei especial, ou na própria Lei Orçamentária Anual.
- B) reforçam e suprem a dotação de despesa já prevista no orçamento mas insuficientemente dotada.
- C) podem ter como forma de abertura Medida Provisória ou Decreto do Executivo.
- D) dependem obrigatoriamente da indicação de recurso, que deve constar na lei autorizadora.
- E) têm vigência restrita ao exercício financeiro em que foram abertos, sem possibilidade de prorrogação.

**Legislação Básica****Questão 16**

O Superior Tribunal de Justiça entende que as operadoras de planos de assistência à saúde não podem limitar o valor do tratamento do associado, ainda que tal limitação conste de cláusula contratual expressa. Tal cláusula, segundo o Código de Defesa do Consumidor, é abusiva porque:

- A) deixa ao fornecedor a opção de concluir ou não o contrato, embora obrigando o consumidor.
- B) autoriza o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente.
- C) autoriza o fornecedor a modificar unilateralmente o conteúdo ou a qualidade do contrato.
- D) permite ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de forma unilateral.
- E) estabelece obrigação que coloca o consumidor em desvantagem exagerada.

**Questão 17**

Sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública federal é possível afirmar que:

- A) permite desistência do interessado, por escrito, mas inadmite a renúncia a direitos disponíveis.
- B) admite recurso da decisão administrativa mas proíbe a retratação da autoridade que proferiu a decisão.
- C) exige, como regra, o reconhecimento de firma para a constatação de autenticidade dos documentos.
- D) admite, dentre outras formas de intimação, a intimação por ciência no processo e por telegrama.
- E) deve ser iniciado por iniciativa do interessado e não pode ser iniciado de ofício.

**Questão 18**

Segundo a Lei nº 9.656/1998, as operadoras de planos privados de assistência à saúde estão sujeitas à:

- A) liquidação extrajudicial.
- B) insolvência civil.
- C) falência.
- D) recuperação judicial.
- E) concordata.

**Questão 19**

O fornecedor que condiciona o fornecimento de um serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço ou mesmo sem justa causa estabelece limites quantitativos para aquisição do serviço, caracteriza com essa conduta:

- A) direito de arrependimento.
- B) cláusula abusiva.
- C) prática abusiva.
- D) fato do serviço.
- E) vício do serviço.

**Questão 20**

Considere que um servidor público da Agência Nacional de Saúde tenha revelado a terceiro, antes da divulgação oficial, o teor de uma medida econômica capaz de afetar o preço do serviço dos planos de assistência à saúde. Tal agente público, segundo a Lei nº 8.429/1992, terá praticado ato de improbidade que:

- A) prevê suspensão de direitos políticos por até dez anos.
- B) causa prejuízo ao erário.
- C) importa enriquecimento ilícito.
- D) não permite a perda da função pública.
- E) atenta contra os princípios da Administração Pública.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Civil****Questão 21**

É correto afirmar que a coisa julgada soberana:

- A) pode ser relativizada em demanda de investigação de paternidade, julgada improcedente, no tempo anterior à utilização do exame de DNA.
- B) pode ser relativizada se a decisão definitiva for reputada manifestamente injusta.
- C) pode ser relativizada em demanda que tenha por objeto matéria social relevante, ou diga respeito à dignidade da pessoa humana.
- D) é protegida, em face da lei nova, de forma absoluta.
- E) pode ser relativizada pelo puro advento de lei nova.

**Questão 22**

As Convenções de Varsóvia e Montreal, que estatuem limitações indenizatórias em casos de extravio de bagagem ou atraso e perda de voo, são aqui aplicáveis:

- A) em viagens aéreas por empresas sediadas fora do Brasil.
- B) em nenhum caso, por conflito com outras normas.
- C) em toda e qualquer viagem aérea.
- D) nas viagens aéreas entre o Brasil e outro País.
- E) apenas em parte, na esfera material.

**Questão 23**

Sobre o princípio da desconsideração da pessoa jurídica, pode-se afirmar:

- A) poder o juiz declará-lo de ofício.
- B) ser restrito a matérias de natureza tributária e trabalhista.
- C) ser aplicado na hipótese de violação de estatuto ou contrato social.
- D) a ineficácia acerca de determinados atos definidos em lei.
- E) a nulidade da personificação.

**Questão 24**

Sobre o instituto do bem de família voluntário, é correto dizer que:

- A) comporta administração conforme a pura cognição do juiz.
- B) pode incidir sobre investimentos mobiliários destinados a conservar imóvel para prover o sustento de grupo parental.
- C) pode incidir sobre bens imóveis ou móveis de grande valor.
- D) acarreta isenção do IPTU cujo débito seja posterior à instituição.
- E) pode ser instituído por terceiro, sem limitação de valor.

**Questão 25**

Sobre a lesão como vício de que decorra a anulação do negócio jurídico, é certo dizer que:

- A) sendo de natureza usurária, pode ser o negócio anulado pelo juiz de ofício.
- B) é necessário, por parte do agente, o dolo de aproveitamento.
- C) tendo o prejudicado uma necessidade presumida, e sendo vulnerável, o negócio se reputa anulável.
- D) ocorre, em detrimento do devedor, quando as prestações do contrato forem correlatas a uma moeda forte estrangeira, havendo posterior e súbita desvalorização da moeda nacional.
- E) é necessária a demonstração de um quadro de imaturidade ou inexperiência quanto ao prejudicado.

**Questão 26**

Sobre a novação, pode-se afirmar que:

- A) incidindo sobre contrato bancário, não será possível, quanto ao que o substituir, discussão sobre cláusulas ditas abusivas.
- B) não importa ser anulável a primeira obrigação se a segunda for válida.
- C) o instituto se confunde com o da cessão de crédito.
- D) pode o credor, se insolvente o novo devedor, exercer direito de regresso em face do anterior.
- E) havendo garantia de hipoteca acerca da primeira obrigação, ela permanecerá se o titular do direito real, sendo notificado, optar pelo silêncio.

**Questão 27**

Sobre a transmissão da propriedade imobiliária no Direito Brasileiro, é certo afirmar que:

- A) mesmo sendo a transmissão por sucessão hereditária, para ser completada, exige-se a transcrição do título no RGI.
- B) registrado ou inscrito o título no RGI, tal transmissão é relativamente presumida.
- C) a promessa de compra e venda quitada, por exceção, atribui ao adquirente o domínio, caso ele seja vencedor em demanda de adjudicação compulsória.
- D) prenotado o título no RGI, e sobrevindo falência do alienante, veda-se o registro sequente.
- E) registrado ou inscrito o título no RGI, tal transmissão é presumida de modo absoluto.

**Questão 28**

A indenização por perda de uma chance, segundo entendimento doutrinário e pretoriano dominante, é devida quando:

- A) a pessoa tenha de sofrer um dano imediato e concreto.
- B) a pessoa veja frustrada uma oportunidade, em futuro próximo, que ocorreria se as coisas seguissem normalmente.
- C) a pessoa veja frustrada uma oportunidade, mesmo em tempo distante, que ocorreria se as coisas seguissem normalmente.
- D) a pessoa veja frustrada uma vitória judicial ou uma cura médica por qualquer erro do profissional.
- E) possa importar na mitigação do nexo de causalidade.

**Questão 29**

No caso de expedição do “habite-se” acerca de construção de uma sacada, reputada em prejuízo da privacidade de proprietário de prédio vizinho; e já decorridos dois anos; cabe ao último de direito:

- A) respeitar a servidão de luz.
- B) impugnar, por via administrativa, a concessão do “habite-se”.
- C) edificar um contramuro.
- D) ingressar com demanda demolitória.
- E) postular indenização por exclusivo.



**Questão 30**

É correto afirmar que o direito de superfície:

- A) possa ser cedido, mas por prazo determinado.
- B) em caso de demanda de desapropriação do imóvel, a citação do proprietário dispense a do superficiário.
- C) abranja a utilização do subsolo e do espaço aéreo.
- D) sendo alienado o imóvel, o direito de preferência do proprietário prevaleça sobre o do superficiário.
- E) correlate-se a imóvel urbano ou rural.

**Direito Administrativo****Questão 31**

O ato administrativo é a manifestação de vontade da Administração Pública, sob a regência do Direito Público e sujeita a duplo controle. Sobre este tema, está correta a seguinte afirmação:

- A) Uma resolução normativa da ANS que estabelece medidas a serem adotadas pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde, relativas aos materiais publicitários de caráter institucional, é uma espécie de ato administrativo ordinatório.
- B) O ato administrativo deve ser considerado como ato jurídico impróprio, pois apesar de ser manifestação volitiva, não produz efeitos jurídicos concretos.
- C) O conceito de ato administrativo abrange também os atos privados praticados pela Administração Pública, como uma locação ou uma compra e venda praticadas pela ANS.
- D) Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração, como um vício de forma que não seja essencial à validade do ato.
- E) Todos os atos administrativos são dotados de imperatividade, autoexecutoriedade e presunção relativa de veracidade e legitimidade.

**Questão 32**

Em relação ao controle da Administração Pública, assinale a opção correta.

- A) A lei trazendo efeitos concretos, a jurisprudência tem admitido o uso do mandado de segurança para a tutela do direito.
- B) A inércia da autoridade coatora em apreciar recurso administrativo regularmente apresentado, não configura omissão impugnável pela via de mandado de segurança.
- C) Os responsáveis pelo controle interno, tomando conhecimento de irregularidades e não representam contra o fato diante do Tribunal de Contas, serão considerados responsáveis subsidiariamente.
- D) Modernamente, o mandado de segurança poderá ser utilizado contra a lei em tese por implicarem ofensa a direitos individuais.
- E) É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recursos administrativos.

**Questão 33**

Assinale a alternativa correta, em relação ao assunto contratos administrativos, tendo como base a legislação aplicada ao tema, a jurisprudência e a doutrina.

- A) Em caso de inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte da empresa contratada, os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, caso fique evidenciada a sua conduta dolosa de não fiscalizar a contratada, conforme a legislação aplicada. Ficará isenta de responsabilidade a Administração Pública em caso de culpa.
- B) Reconhecida a nulidade de contrato administrativo por ausência de prévia licitação, a Administração Pública não tem o dever de indenizar os serviços prestados pelo contratado na hipótese em que este tenha agido de má-fé ou concorrido para a nulidade do contrato.
- C) Os contratos administrativos são os chamados contratos de adesão, assim é possível ao contratado discutir as cláusulas com a Administração, garantindo, assim, a isonomia contratual.
- D) Os contratos administrativos regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito privado, aplicando-se-lhes, integralmente, os princípios da teoria geral dos contratos.
- E) Os contratos administrativos são sempre escritos, com a finalidade de garantir a fiscalização pelos órgãos de controle, a probidade e a moralidade administrativa.

**Questão 34**

Com base na responsabilidade civil do Estado e de acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- A) Em uma determinada obra pública realizada para os jogos olímpicos do RIO 2016, a Prefeitura dessa cidade foi obrigada a fechar uma rua para a construção de um viaduto, que irá melhorar de forma sensível o trânsito da região. Desta forma, eventuais danos suportados pelos comerciantes daquela rua não geram o dever de indenizar por parte do Estado, já que, adotando-se a teoria da irresponsabilidade do Estado, a obra visa ao bem comum.
- B) Segundo entendimento pacífico tanto na doutrina, quanto na jurisprudência, o particular que sofrer dano causado pelo Estado poderá demandar judicialmente, de forma direta, o agente público causador do dano, possuindo esta responsabilidade subjetiva.
- C) Em relação aos fatos omissivos a responsabilidade do Estado pelos danos causados é subjetiva, e deverá restar comprovada o dolo ou a culpa do agente estatal que teria se omitido no caso concreto, para que seja devida a indenização.
- D) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva em relação aos usuários e aos não usuários do serviço.
- E) O fato de um policial militar, após sair de sua escala de serviço, usando a arma da instituição, reagir a um roubo que acontecia dentro do ônibus em que ele se deslocava, e vier a acertar, não só o criminoso, como também uma senhora que estava sentada na última cadeira do coletivo, não ensejará responsabilidade alguma ao Estado, já que o ato do policial é lícito, e o mesmo agiu no estrito cumprimento de um dever legal.

**Questão 35**

Com relação ao assunto atos administrativos, assinale a opção correta.

- A) A licença é um ato negocial, sendo assim, bilateral, dependendo da expressa manifestação de vontade da Administração Pública, sendo esta discricionária.
- B) O parecer é um ato enunciativo, emanado da Administração Pública, que vincula o ato administrativo, sendo o verdadeiro motivo do ato, podendo gerar responsabilidade civil ao parecerista.
- C) A convalidação de um ato administrativo tem efeitos *ex nunc*, assim sua eficácia se aperfeiçoa no momento de sua ratificação.
- D) A delegação de competência pode ocorrer a um subordinado ou a autoridade de mesma hierarquia. Assim, praticado ato por autoridade, no exercício de competência delegada, contra ela cabe o mandado de segurança ou a medida judicial.
- E) A autorização é um ato precário, discricionário, podendo a Administração Pública revogá-lo a qualquer momento, gerando-lhe o dever de indenizar.

**Questão 36**

A respeito das características do ato administrativo, assinale a alternativa correta.

- A) Compete à Administração o ônus de provar que o ato não é destituído de valor.
- B) Todos os atos são dotados de imperatividade.
- C) Uma ordem de interdição de um restaurante sob a alegação de insalubridade, tem a favor da Administração Pública a presunção de legitimidade.
- D) A autoexecutoriedade pode levar à ausência do contraditório da ampla defesa.
- E) O fato de a Administração ter a autoexecutoriedade isenta o administrado de buscar a tutela jurisdicional.

**Questão 37**

Acerca do controle da Administração Pública e da jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- A) *Habeas data* é instrumento jurídico adequado para que se tenha acesso a autos de processos administrativos.
- B) O Congresso pode anular os atos normativos advindos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
- C) Enquanto a Ação Civil Pública pode ser proposta por legitimados diversos, menos pessoas jurídicas, a Ação Popular tem como legitimado ativo exclusivo qualquer cidadão.
- D) Atos de gestão empresarial são suscetíveis de mandado de segurança, mesmo quando tais entidades se acham na condição de autoridades públicas.
- E) Apesar da *habeas data* ser um remédio personalíssimo, em caso de falecimento do titular, abre-se a possibilidade de solicitação por seus sucessores.

**Questão 38**

Relativamente às normas de concessão de serviços públicos, a caducidade, entendida como:

- A) extinção natural do contrato pelo término do prazo pactuado.
- B) descumprimento das normas contratuais por culpa recíproca entre o concedente e o concessionário.
- C) extinção do contrato decorrente por culpa exclusiva do contratado.
- D) decorre da extinção do contrato na hipótese de falência.
- E) retomada do serviço público pelo poder concedente por razões de interesse público.

**Questão 39**

Acerca do controle da Administração Pública, assinale a opção correta.

- A) Não se opera o prazo decadencial de cinco anos no período compreendido entre a concessão inicial da aposentadoria do servidor e o posterior julgamento de sua legalidade e registro pelo Tribunal de Contas da União.
- B) Os recursos hierárquicos impróprios são interpostos à autoridade superior a que praticou o ato.
- C) Inconcebível a reclamação administrativa a toda pessoa jurídica que sentir lesada por atos ou fatos administrativos.
- D) Os recursos hierárquicos próprios são interpostos à mesma autoridade que tenha proferido a decisão administrativa inicial.
- E) O pedido de reconsideração é interposto a autoridade estranha àquela que exarou o ato impugnado.

**Questão 40**

Em relação às entidades que integram a Administração indireta, é correto afirmar que:

- A) processo de execução em face da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que é empresa pública federal, permite-se integralmente a penhora da receita auferida.
- B) há possibilidade de criação de autarquia interestadual mediante a convergência de diversas unidades federadas.
- C) os dirigentes da fundação possuem mandato fixo.
- D) as subsidiárias das empresas públicas, por exigência da Constituição Federal independe de autorização da Casa Legislativa para sua criação.
- E) compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar as causas cíveis em que é parte a sociedade de economia mista federal.

**Direito Constitucional****Questão 41**

José Afonso da Silva classifica as normas constitucionais, quanto à aplicabilidade, em três espécies: normas de eficácia plena, contida e limitada. O artigo 93, inciso IX, da Carta Magna aduz que “todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação”. Neste sentido, o artigo é exemplo de norma constitucional:

- A) limitada, pois a norma constitucional em apreço não é provida de aplicabilidade direta e imediata, dependendo esta de interposição legislativa.
- B) contida, pois a norma constitucional em apreço é dotada de aplicabilidade direta, imediata, mas não integral, admitindo-se contenção de seu conteúdo.
- C) plena, pois a norma constitucional em apreço não é dotada de aplicabilidade integral, vez que há a possibilidade do alcance do preceito ser reduzido pela legislação ordinária, de forma que a norma infraconstitucional logra restringir os efeitos da norma constitucional regulamentada.
- D) plena, pois a norma constitucional em apreço dispõe de aplicabilidade direta, imediata e integral, tendo em vista que não depende de regulamentação para se tornar aplicável.
- E) contida, pois a norma constitucional em apreço tem aplicabilidade indireta, mediata e reduzida, somente incidindo em sua totalidade após uma normativa ulterior que lhe desenvolva a eficácia.

**Questão 42**

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 garante em seu artigo 5º, inciso III que ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante. No entanto, o sistema carcerário brasileiro é degradante, com celas superlotadas e insalubres. Sobre essa reflexão, assinale a opção correta.

- A) De acordo com a recente decisão do Supremo Tribunal Federal em 09 de setembro de 2015, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) número 347, o estado do Sistema Penitenciário Brasileiro é calamitoso e certamente decorre de problemas estruturais e sistêmicos de grande complexidade e magnitude. Contudo, o próprio STF diz que não pode intervir no assunto determinando a atuação eficiente do Executivo, sob pena de infringir no princípio constitucional da separação dos poderes.
- B) Prevalece o entendimento no Supremo Tribunal Federal de que o respeito à integridade física e moral do detento, conforme previsto no artigo 5º, inciso XLIX da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, não é extensiva a presos condenados por crimes hediondos.
- C) O Supremo Tribunal Federal, em 09 de setembro de 2015, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) número 347 reconheceu o “estado de coisas inconstitucional” do Sistema Carcerário Brasileiro e determinou a realização de audiências de custódia, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, e o descontingenciamento do Fundo Penitenciário Nacional.
- D) Em observância aos direitos e garantias fundamentais estabelecidos pela Constituição da República Federativa do Brasil, penas de trabalho forçado e de caráter perpétuo são proscritas, admitindo-se as penas privativas de liberdade, restritivas de direitos, de multa e de banimento.
- E) De acordo com a interpretação do artigo 5º, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a tortura é admitida nos seguintes casos: estado de guerra, instabilidade política interna e prática de crimes hediondos.

**Questão 43**

A organização funcional da Administração Pública de qualquer dos Poderes é integrada por cargos em comissão, efetivos e vitalícios. Sobre a vitaliciedade, assinale a opção correta.

- A) A Constituição da República Federativa do Brasil garante a quatro categorias profissionais o cargo vitalício, quais sejam: membros da Magistratura, Delegados de Polícia, Oficiais de Justiça e membros do Ministério Público.
- B) A vitaliciedade é prerrogativa exclusiva dos membros da Magistratura, Ministério Público e dos Tribunais de Contas.
- C) A vitaliciedade consiste em garantir aos membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas a não remoção compulsória de um órgão judicial, singular ou colegiado, para outro, salvo por motivo de interesse público.
- D) Os juízes gozam de vitaliciedade logo no início de seu exercício, razão pela qual só perderão a prerrogativa por sentença judicial transitada em julgado.
- E) Os juízes gozam de vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após 6 (seis) meses de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado.

**Questão 44**

Com relação à imunidade parlamentar, assinale a opção correta.

- A) Deputados Federais e Senadores da República, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça.
- B) Deputados Federais e Senadores da República são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos decorrentes de seus interesses pessoais.
- C) Deputado Federal ou Senador da República que exerça a função de Ministro de Estado não pode invocar a prerrogativa da imunidade parlamentar material.
- D) Apesar de prerrogativa constitucional, deputados e senadores são obrigados a testemunhar sobre informações que obtenham em razão do exercício do mandato.
- E) As imunidades dos parlamentares poderão ser suspensas durante a vigência do estado de sítio.

**Questão 45**

No que tange às Comissões Parlamentares de Inquérito, é correto afirmar.

- A) Um dos pressupostos materiais das Comissões Parlamentares de Inquérito é o prazo certo, o qual demonstra o intervalo de tempo necessário para a conclusão das apurações dos fatos. Nesta linha, o entendimento da Suprema Corte é no sentido de não admitir prorrogações sucessivas na mesma legislatura.
- B) A constituição das Comissões Parlamentares de Inquérito será mediante requerimento de dois terços dos membros da Casa Legislativa.
- C) A atividade das Comissões Parlamentares de Inquérito é submetida a dois pressupostos materiais: prazo certo e fato indeterminado.
- D) As Comissões Parlamentares de Inquérito não possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.
- E) As Comissões Parlamentares de Inquérito são limitadas pela competência, conteúdo e matéria da investigação político-administrativa. Assim, suas atribuições são restringidas à indagação probatória, não lhe competindo o processo e julgamento de indiciados e testemunhas.

**Questão 46**

Exige a Lei Magna que a Administração Pública direta e indireta pautе suas atividades em princípios administrativos. Os princípios da Administração Pública estão expressos no artigo 37, caput da Constituição da República Federativa do Brasil. Contudo, há outros a ela aplicáveis que não têm previsão expressa no aludido artigo. Assinale a opção correspondente a princípio constitucional implícito aplicável à Administração Pública.

- A) Eficiência
- B) Publicidade
- C) Impessoalidade
- D) Proporcionalidade
- E) Legalidade

**Questão 47**

Sobre o direito à saúde, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.
- B) A saúde, da mesma forma que a educação, pode ser considerada como serviço público, e não atividade econômica, suscetível de prestação independente de concessão e permissão à iniciativa privada.
- C) A assistência à saúde não é livre à iniciativa privada, sendo vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.
- D) Ao sistema único de saúde compete participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.
- E) Compete ao sistema único de saúde ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde.

**Questão 48**

“Que todos os homens são, por natureza, igualmente livres e independentes, e têm certos direitos inatos, dos quais, quando entram em estado de sociedade, não podem por qualquer acordo privar ou despojar seus pósteros e que são: o gozo da vida e da liberdade com os meios de adquirir e de possuir a propriedade e de buscar e obter felicidade e segurança” (Artigo I da Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia - EUA, de 16 de junho de 1776). Essa citação caracteriza, em seu contexto histórico, qual geração de direitos fundamentais?

- A) Terceira
- B) Primeira
- C) Quinta
- D) Segunda
- E) Quarta

**Questão 49**

Constituem objetivos da assistência social, EXCETO, a(o):

- A) amparo às crianças e adolescentes carentes.
- B) promoção da integração ao mercado de trabalho.
- C) habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência.
- D) cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada.
- E) proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.

**Questão 50**

O Estado do Chile pretende ajuizar demanda em face do Município do Rio de Janeiro. Neste caso, a competência para processar e julgar, consoante o art. 109, II, da CF, será perante:

- A) um dos juízes federais da seção judiciária do Estado do Rio de Janeiro.
- B) o Supremo Tribunal Federal.
- C) o Tribunal Superior do Trabalho.
- D) o Superior Tribunal de Justiça.
- E) um dos juízes estaduais da seção judiciária do Estado do Rio de Janeiro.

**Regulamentações Setoriais****Questão 51**

Sobre o procedimento de ressarcimento ao SUS é correto afirmar que:

- A) para a fixação da hora em que foi praticado o ato por meio do serviço online de protocolo, será considerado o horário local, não o de Brasília.
- B) as cópias físicas ou digitais de documentos, encaminhados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde cuja conferência com o original seja atestada por representante da operadora, têm a mesma força probante dos originais, ressalvada a suspeita de adulteração.
- C) eventual falsidade dos documentos que instruem o ato será objeto de responsabilização administrativa, a qual preponderará sobre a responsabilidade penal em virtude do princípio da subsidiariedade.
- D) os prazos processuais não admitem suspensão.
- E) quando a petição eletrônica for enviada para atender prazo processual, serão consideradas tempestivas as transmitidas até as dezoito horas de seu último dia.



**Questão 52**

A Resolução Normativa nº 338, de 2013, atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, que constitui a referência básica para cobertura mínima obrigatória da atenção à saúde nos planos privados de assistência à saúde, contratados a partir de 1º de janeiro de 1999, e naqueles adaptados conforme a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. Além das normas contidas em seu texto, a resolução é composta por quatro anexos, que complementarão suas diretrizes. Esses anexos se referem a:

- A) procedimentos e eventos de cobertura mínima obrigatória; diretrizes de utilização; diretrizes clínicas; e protocolos de utilização.
- B) procedimentos e eventos de cobertura mínima obrigatória; diretrizes de utilização; diretrizes clínicas; e doenças ou lesões preexistentes que deverão ser informados pelo beneficiário à contratada.
- C) procedimentos e eventos de cobertura mínima obrigatória; diretrizes de utilização; doenças ou lesões preexistentes que deverão ser informados pelo beneficiário à contratada; e protocolos de utilização.
- D) doenças ou lesões preexistentes que deverão ser informados pelo beneficiário à contratada; diretrizes de utilização; diretrizes clínicas; e protocolos de utilização.
- E) procedimentos e eventos de cobertura mínima obrigatória; doenças ou lesões preexistentes que deverão ser informados pelo beneficiário à contratada; diretrizes clínicas; e protocolos de utilização.

**Questão 53**

Conforme a Resolução Normativa nº 162, de 2007, cobertura parcial temporária é aquela que admite:

- A) por um período ininterrupto de até 24 meses, a partir da data da contratação ou adesão ao plano privado de assistência à saúde, a suspensão da cobertura de procedimentos de alta complexidade, leitos de alta tecnologia e procedimentos cirúrgicos, ainda que não relacionados às doenças ou lesões preexistentes declaradas pelo beneficiário ou seu representante legal.
- B) por um período ininterrupto de até 12 meses, a partir da data da contratação ou adesão ao plano privado de assistência à saúde, a suspensão da cobertura de procedimentos de alta complexidade, leitos de alta tecnologia e procedimentos cirúrgicos, desde que relacionados exclusivamente às doenças ou lesões preexistentes declaradas pelo beneficiário ou seu representante legal.
- C) por um período ininterrupto de até 18 meses, a partir da data da contratação ou adesão ao plano privado de assistência à saúde, apenas a suspensão da cobertura de procedimentos de alta complexidade, ainda que não relacionados às doenças ou lesões preexistentes declaradas pelo beneficiário ou seu representante legal.
- D) por um período ininterrupto de até 24 meses, a partir da data da contratação ou adesão ao plano privado de assistência à saúde, a suspensão da cobertura de procedimentos de alta complexidade, leitos de alta tecnologia e procedimentos cirúrgicos, desde que relacionados exclusivamente às doenças ou lesões preexistentes declaradas pelo beneficiário ou seu representante legal.
- E) por um período ininterrupto de até 12 meses, a partir da data da contratação ou adesão ao plano privado de assistência à saúde, a suspensão da cobertura de procedimentos de alta complexidade, leitos de alta tecnologia e procedimentos cirúrgicos, ainda que não relacionados às doenças ou lesões preexistentes declaradas pelo beneficiário ou seu representante legal.



**Questão 54**

São princípios de atenção à saúde na saúde suplementar, EXCETO:

- A) adoção de medidas que evitem a estigmatização e a institucionalização dos portadores de transtornos mentais, visando o aumento de sua autonomia.
- B) atenção multiprofissional.
- C) incorporação de ações de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças, bem como de estímulo ao parto normal.
- D) integralidade das ações, independentemente da segmentação contratada.
- E) uso da epidemiologia para monitoramento da qualidade das ações e gestão em saúde.

**Questão 55**

Nos procedimentos administrativos de ressarcimento ao SUS, considera-se notificada ou intimada – por meio eletrônico – a operadora de plano privado de assistência à saúde após o decurso de:

- A) 10 (dez) dias corridos da disponibilização no serviço online de protocolo.
- B) 10 (dez) dias corridos do recebimento de cópia dos autos por representante da operadora.
- C) 15 (quinze) dias corridos da disponibilização no serviço online de protocolo.
- D) 05 (cinco) dias corridos da disponibilização no serviço online de protocolo.
- E) 15 (quinze) dias corridos do recebimento de cópia dos autos por representante da operadora.

**Questão 56**

A Carta de Orientação ao Beneficiário é um documento padronizado pela ANS, que:

- A) constitui parte integrante facultativa dos contratos de planos privados de assistência à saúde individuais ou familiares e coletivos, em que haja previsão de cláusula de agravo ou cobertura parcial temporária.
- B) para abertura de processo administrativo por alegação de doença ou lesão preexistente, será válida ainda que com rasura ou modificação da forma e conteúdo previstos no anexo à Resolução Normativa nº 162, de 2007, como forma de atender aos postulados de celeridade.
- C) não possui modelo legalmente estabelecido, podendo ser elaborada de forma livre pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde, desde que presentes os requisitos estabelecidos nos parágrafos 1º e 2º do artigo 3º da Resolução Normativa nº 162, de 2007.
- D) visa orientar o beneficiário sobre o preenchimento da Declaração de Saúde, no momento da assinatura do contrato, que em todos os contratos de planos privados de assistência à saúde deve estar localizada na página imediatamente posterior ao formulário de Declaração de Saúde, dispensando entrega juntamente com o formulário da Declaração de Saúde.
- E) visa orientar o beneficiário sobre o preenchimento da Declaração de Saúde, no momento da assinatura do contrato, devendo conter a identificação e assinatura do beneficiário ou seu representante legal, e data da ciência; e a identificação, o número do CPF e a assinatura do intermediário entre a operadora e o beneficiário, responsável pela venda do plano privado de assistência à saúde e que presenciou o preenchimento da Declaração de Saúde.

**Questão 57**

Acerca do protocolo eletrônico de ressarcimento ao SUS (PERSUS), consoante disposto na Instrução Normativa nº 54 da ANS, de 2014, é correto afirmar que:

- A) o usuário do PERSUS deverá ser titular de certificado digital do tipo A3 válido, referente ao número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da operadora de plano de saúde, no caso de usuário com o perfil “representante legal”, ou ao seu próprio número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física, em se tratando dos demais perfis.
- B) as impugnações e os recursos dos processos de ressarcimento ao SUS deverão ser protocolados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde exclusivamente por meio do PERSUS, com obrigatória intervenção dos órgãos de protocolo da ANS, fazendo-se necessário, para impugnar ou recorrer, que o usuário da operadora informe os campos obrigatórios do formulário eletrônico, o que inclui o tipo de petição e o atendimento identificado; anexe a petição de impugnação ou de recurso; anexe os documentos comprobatórios de suas alegações; e assine a petição e todos os demais documentos encaminhados.
- C) a ocorrência de indisponibilidade do PERSUS que motive a devolução de prazo de impugnação ou recurso não poderá ser verificada de ofício pela ANS, dependendo de requerimento ou comprovação pela operadora.
- D) entre as operações de manutenção de conta do usuário, encontramos o descredenciamento de conta de usuário, que, para ser solicitada pelo usuário com perfil “representante legal” ou “gestão de contas”, exige preenchimento, no PERSUS, de Formulário de Gestão de Conta, o qual refuta a assinatura digital.
- E) as operadoras de planos privados de assistência à saúde deverão encaminhar documentos digitais ou digitalizados para comprovar as alegações formuladas na impugnação ou no recurso, sendo certo que cada documento comprobatório deve ser enviado na íntegra em um único arquivo, não podendo ser fracionado em mais de um arquivo ou mesclado com outro documento no mesmo arquivo, exceto na única hipótese de documento com mais de cem páginas, o qual pode ser fracionado em mais de um arquivo, desde que cada parte seja numerada e carregada no PERSUS conforme sua ordem no documento.

**Questão 58**

No processo administrativo de que trata a Resolução Normativa nº 162, de 2007, afirma o artigo 25 que “o Diretor da DIPRO proferirá decisão, no prazo de 30 (trinta) dias, salvo prorrogação por igual período, expressamente motivada, da qual serão notificadas as partes, para, se for o caso, interpirem recurso administrativo que será julgado pela Diretoria Colegiada como instância administrativa máxima”. Essa notificação poderá se dar por edital publicado uma única vez no Diário Oficial da União, se frustrada a tentativa de notificação por via postal. O edital deverá conter:

- A) os dados qualificativos completos do beneficiário.
- B) a informação de que restou impossibilitada a notificação por via postal.
- C) o prazo do recurso administrativo, dispensando-se a data de seu termo inicial.
- D) a obrigação a cumprir.
- E) a integralidade da decisão.

**Questão 59**

A impugnação à notificação do aviso de beneficiário identificado e da cobrança:

- A) será julgada por órgão colegiado presidido pelo Diretor da Diretoria de Desenvolvimento Setorial da ANS.
- B) deverá estar acompanhada das provas documentais das alegações, exemplificadas em Instrução Normativa da Diretoria de Desenvolvimento Setorial da ANS.
- C) não será conhecida quando intempestiva, mas nada impede seu conhecimento mesmo após exaurida a esfera administrativa.
- D) deverá respeitar o prazo de quinze dias após a notificação para sua interposição.
- E) não admitirá a produção de ofício de provas pela ANS nos processos administrativos relacionados ao ressarcimento do SUS.

**Questão 60**

Confirmada a necessidade de ressarcimento ao SUS:

- A) o pagamento será realizado preferencialmente por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).
- B) os débitos a vencer, vencidos e não pagos, e os inscritos em dívida ativa, não poderão ser parcelados.
- C) os valores recolhidos pelas operadoras serão repassados ao Fundo Nacional de Saúde pela ANS.
- D) não ocorrendo o pagamento no prazo, os valores poderão ser inscritos na dívida ativa da ANS e, depois de noventa dias do vencimento da obrigação, se dará a inscrição da operadora no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor público federal.
- E) não incidirão, em qualquer hipótese, juros e multa de mora.